

**IN
VA
SÃO**

Multis continuam

**Já são duas
as áreas invadidas
pelas petroleiras:
Sateré e Munduruku**

CEEDI
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Pereira

Data: 10/01/81

Class.: 82

Pg.: 03

Um mês após os primeiros pronunciamentos do tuxaua Sateré-Mawê, Emílio Tibúrcio, a luta contra as multinacionais do petróleo invasoras de áreas indígenas na Amazônia, tomou novos rumos.

1) Num dos debates entre universitários e líderes indígenas, é formado um comitê de apoio à única área até então se sabia, tinha sido invadida;

2) Uma nova denúncia: o capitão Manuel Cardoso revela outra invasão nas terras dos Munduruku, seu povo;

3) Unidos, Sateré e Munduruku vão a Brasília: o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, admite que Kasuto Kawamoto, delegado do órgão em Manaus, seja um dos responsáveis pelas invasões. Promete providências, suplica para que os índios retornem e não dêem mais entrevistas à imprensa. E interfere na visita dos tuxauas à embaixada da França (-pois a empresa Elf-Aquitaine, francesa, é a única multi que resolveu entrar nas duas reservas).

De início, não se esperava uma reação tão brusca de Kasuto, quando o representante em Manaus dos Sateré, Raimundo Ferreira da Silva, e o tuxaua Emílio, marcaram um encontro com ele. Alegando que não os receberia, maltratou-os à porta de seu gabinete. Não houve diálogo. Na verdade, eles queriam apenas pedir a retirada de bebida alcoólica, dos filmes pornográficos e cobrar indenização - não pediriam a saída do acampamento, uma vez que depois de concluídos os trabalhos de prospecção (no máximo daqui 30 dias) a multinacional se retirará da região, só retornando depois de um ano, quando eles já não mais a tolerariam.

O tuxaua falou à imprensa, logo em seguida: "Eu não quero mais Kasuto como representante da Funai, ele não sabe receber o índio. Eu disse pra ele que quem manda na minha aldeia é só eu e Deus, ele não. A decisão de reclamar foi de meu povo. Estamos pensando com a nossa cabeça, sim. Não é como ele disse".

Nas escolas, entidades e na imprensa, os debates se intensificaram. Formou-se o comitê, com a participação do grupo Kukuro de Apoio a Causa Indígena, intelectuais, universitários e outros. A decisão era mesmo pedir a demissão de Kasuto. Não havia como retroceder.

"PELO MEU EMPREGO, NÃO FAÇAM ISSO!"

Entretanto, o esperto delegado da Funai não quis perder seu emprego. Choraminguou, recebeu pacificamente os índios, afinal concordou com as reivindicações e concedeu-lhes até mais: acenou com uma verba de quatro milhões para os Sateré e outra quantia igual aos Munduruku, a ser aproveitada em projetos de plantações de guaraná, seringa e laranja, e ainda garantiu que ia demitir o chefe do posto da aldeia de Ponta Alegre, no rio Andirá (dos Sateré), Vitor Santana, além de Antonio Pereira, encarregado dos trabalhos da CBG (Companhia Brasileira de Geofísica) empresa contratada pela Elf para os levantamentos sísmicos, que atua a dois quilômetros da aldeia.

A única coisa que ele se recusou a fazer, foi investigar o suborno de Antônio Pereira, que deu 50 mil cruzeiros ao tuxaua Antonio Miquilis, de Ponta Alegre, para que este não se colocasse contra a instalação do acampamento ali (Vitor Santana foi o intermediário). Kasuto Kawamoto pediria a demissão de Antônio Pereira da CBG, apenas por ter permitido cachaça, cerveja e filmes pornográficos, nada mais. Num momento de desespero, confessou: "Vem tudo pronto lá de cima, o que eu posso fazer? Quando fiquei sabendo, os contratos de risco já haviam sido assinados. Estou disposto a defender vocês, eu também luto pela causa, mas preciso deste trabalho..."

O jogo de empurra continuou. A Funai acusou a Petrobrás e a Elf-Aquitaine. A multi devolveu a culpa à estatal brasileira. Esta lavou as mãos e responsabilizou a Funai, "por não ter consultado os índios".

COM OS MUNDURUKU A MESMA COISA

Ao saber dos problemas de exploração do subsolo dos Sateré, Manuel Cardoso, capitão geral dos Munduruku viaja para Manaus. A mesma coisa acontecera com sua nação, só que ele havia confiado na palavra de Kasuto e nada denunciara à imprensa ou aos órgãos ligados à causa indígena.

"A mesma empresa (Elf), cortou mangueiras, seringueiras, assal, explodiu bombas. Isso atrapalhou a caça. Quando em abril eu vim falar com o delegado, ele me disse para ficar tranquilo que se não tivesse petróleo, nada ia acontecer. Até me garantiu que ia pedir indenização. A empresa foi embora, eu confiei nele, só que até agora, nada foi feito por nós", narra Manuel.

Outras áreas indígenas podem estar sofrendo invasões (pois o Baixo e Médio Amazonas foi dividido entre a Elf, a Shell, Esso, British Petroleum e a Ide Mitsui) mas nada se sabe a respeito pois as empresas se passam por equipes da Funai, "justi-

ficando" levantamento para demarcação, ou subornando, como ocorreu com as duas reservas. E o raciocínio de Manuel, que além de fazer estas reclamações, protestou contra a intenção do órgão tutor de roubar dos Munduruku a melhor parte de sua reserva.

"Nossa área vai do Igarapé Pescoço ao Molongó. Uma antropóloga da Funai que esteve lá, quis fazer um mapa cortando a melhor parte para caça e pesca, que é a região dos Molongó. Ela falou que é muito para nós, conversou com meu pai (um ex-capitão) e convenceu ele. Então perguntei para eles: e os nossos filhos, onde vão ficar?

Nosso povo está crescendo, daqui a pouco não vai sobrar nada pra ele. Foi assim há anos, quando perdemos boa parte de nossa área. Agora, ninguém vai roubar mais, nós vamos brigar".

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Perseu

Class.: 82

Data: 10/02/81

Pg.: 03 (057)

Mais tarde Paulo Leal anunciaria nos jornais: "Caso as denúncias tenham fundamento, será aberto um inquérito policial".

Desobedecendo os coronéis, apesar de toda pressão – e sob as vistas de dois funcionários da Funai – a visita à embaixada acabou ocorrendo. Os tuxauas foram recebidos pelo assessor de imprensa, Christian Geschwind. Não ocorreu hostilidade nem protestos, os líderes indígenas apenas entregaram alguns presentes ao embaixador e pediram para que o presidente francês fosse notificado dos danos causados pela Elf: "Queremos que o senhor conte, que nós estamos sendo dizimados por essa companhia", disse Raimundo Ferreira.

Ao mesmo tempo, Petrobrás, Funai e o representante da Elf no Brasil, Harry Bat se reuniam. Depois a notícia: "A Elf poderá prosseguir com suas pesquisas na reserva dos índios Sateré-Mawé, por prazo ainda não determinado, desde que não prejudique a comunidade indígena (o que na prática é impossível, como já o foi constatado). A decisão foi tomada numa reunião, ontem entre..."

Mas o grupo de tuxauas não podia mais ficar em Brasília: ordens dos coronéis. Retornaram as suas terras, com um pouco mais de esperança, pois novas mudanças poderão alterar a rotina da I Delegacia Regional de Manaus. Promessas de Paulo Leal.

Euripedes Claiton

EM BRASÍLIA: "A SAÍDA DE KASUTO"

14 de novembro: o tuxaua geral do Andirá, Donato Lopes da Paz (Sateré) também chega a Manaus. E com o tuxaua Emílio, o capitão Manuel e Raimundo Ferreira, viajaram para Brasília. Levavam muitas reivindicações e uma carta especial pedindo a exoneração de Kasuto Kawamoto.

De coronel para coronel, foram parar na quarta-feira pela manhã, dia 18, nas mãos do presidente da Funai. "Fomos bem recebidos, pudemos reclamar da petroleira, falar da demarcação de algumas áreas (principalmente a dos Munduruku, e dos Sateré é a única delimitada do Amazonas) e entregar a carta", contou Raimundo Ferreira.

"A gente ficou contente porque uma coisa foi logo esclarecida, o presidente disse que Kasuto era realmente o culpado por tudo, pois não nos consultou antes de permitir a entrada da multinacional. Ele garantiu que vai tomar providências", alegou por sua vez Manoel Cardoso.

E Raimundo completa: "Nós pedimos para o coronel não enviar ninguém na nossa aldeia para esclarecer o problema do suborno do tuxaua Miqulis e do Vitor – pois lá vai ter briga, bala, tudo. O melhor que ele pode fazer é reunir chefe do posto, o encarregado da empresa e o tuxaua em Manaus e tomar providências".

O QG ficou tumultuado, principalmente depois que todos os líderes anunciaram pelos jornais que iriam à embaixada francesa, pedir esclarecimentos. Daí foi marcada nova audiência. "O presidente pediu pelo amor de Deus para a gente não dar mais entrevistas nem ir à embaixada, reforçou que iria resolver nosso problema, agradeceu por termos levado os casos a ele, e que devíamos continuar vigiando a delegacia em Manaus", comentou o tuxaua Donato Lopes.

